

**PROCESSO: 6018.2020/0025475-8**

COORDENADORIA DE PARCERIAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - NTCSS-SMS.G

CONTRATO DE GESTÃO Nº 013/2008-SMS.G/NTCSS

BALANÇO PATRIMONIAL – 2020 - INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês  
Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus**

CNPJ nº 09.538.688/0003-02

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - CARVE-OUT**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)							
Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	3.968.223	3.710.859	Fornecedores	9	2.990.599	2.439.134
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	1.585.371	-	Obrigações trabalhistas	10	7.363.659	6.101.858
Estoques	6	802.142	592.780	Obrigações tributárias de terceiros	11	144.101	88.900
Créditos diversos	7	188.255	96.710	Outras contas a pagar		2.420	2.291
Outras contas a receber - partes relacionadas	12	-	-	Outras contas a pagar - partes relacionadas	12	<u>2.183.000</u>	<u>2.183.000</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>6.543.991</u>	<u>4.400.349</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>12.683.779</u>	<u>10.815.183</u>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Depósitos judiciais		126.154	193.412	Provisão para demandas judiciais	13	1.211.920	946.608
Imobilizado	8	<u>4.473.310</u>	<u>2.547.504</u>	Subvenções de investimentos a realizar	14	630.393	64.025
				Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	15	<u>3.307.471</u>	<u>2.486.334</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>4.599.464</u>	<u>2.740.916</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>5.149.784</u>	<u>3.496.967</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>11.143.455</u>	<u>7.141.265</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	16		
				(Déficits) acumulados		(7.170.885)	(7.406.916)
				Superávit do exercício		<u>480.777</u>	<u>236.031</u>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>(6.690.108)</u>	<u>(7.170.885)</u>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>11.143.455</u>	<u>7.141.265</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em Reais - R\$)

	(Déficits) acumulados	(Déficit) do exercício	Superávit do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>(5.963.147)</u>	<u>(1.443.769)</u>	<u>1.443.769</u>	<u>(7.406.916)</u>
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados (Superávit) do exercício	-	-	236.031	236.031
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>(7.406.916)</u>	<u>236.031</u>	<u>(236.031)</u>	<u>(7.406.916)</u>
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados (Superávit) do exercício	-	-	480.777	480.777
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>(7.170.885)</u>	<u>480.777</u>	<u>(6.690.108)</u>	<u>(7.170.885)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"**  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**1 Contexto operacional****1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto")**

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, saúde, pesquisa e ensino, consultoria e prestação de serviços, inclusive relacionados à gestão de serviços de saúde, entre outras ações sociais, de forma isolada ou através de parcerias com órgãos públicos ou entidades congêneres" (artigo 2º).

Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32 e declara que sua área de atuação é exclusivamente no setor de assistência social em saúde (requerimento do art.22, parágrafo único da Lei 12.101/09).

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública.

Essas demonstrações financeiras "carve-out" contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto.

**1.2 Imunidade Tributária**

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços.

Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços.

Independente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público.

**1.3 Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade")**

Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0003-02, localizada na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Em 15 de outubro de 2008 foi celebrado Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, renovado mediante os seguintes termos aditivos nº 39/2019 de janeiro a março R\$ 12,5 milhões, nº 40/2019 de abril a maio R\$ 8,3 milhões, nº 41/2019 para junho R\$ 4,2 milhões, nº 42/2019 para julho R\$ 4,2 milhões, nº 43/2019 de agosto a setembro R\$ 8,3 milhões para custeio e R\$ 0,4 mil para investimento, nº 44/2019 para outubro R\$ 4,2 milhões, nº 45/2019 para novembro R\$ 4,2 milhões para custeio e R\$ 0,6 mil para investimento, nº 46/2019 para dezembro R\$ 6,2 milhões, totalizando R\$ 53,1 milhões. Para 2020 o montante estimado é de R\$ 14,7 milhões, de janeiro a março, contrato em processo negociação.

**1.4 Plano da Administração para o Hospital Municipal Infantil Menino Jesus**

A unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus (HMJ) incorreu em superávit de R\$ 481 mil no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e manteve o patrimônio líquido negativo em R\$ 6,6 milhões. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 6,1 milhões.

O superávit acima registrado se deu principalmente por conta do aporte de R\$ 2,0 milhões efetivado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em dezembro/19 e incorporado ao valor de repasse do ano, representando um reajuste de 4,0% sobre o repasse de 2018. Esse aporte serviu para aliviar a ausência de reajustes no contrato de gestão e os impactos na folha de pagamento que se deram no decorrer desse período.

A administração da unidade, em conjunto com a Diretoria Executiva do IRSSL, atuou de forma efetiva junto a SMS para que, além do aporte acima, fosse também considerado um reajuste para o ano de 2020 que pudesse viabilizar a operação da unidade de forma equilibrada. Sendo assim, após diversas rodadas de negociação, ocorreu o reajuste para 2020 de 12,94% sobre o valor corrigido de 2019.

Todas essas ações, atreladas ao modelo de gestão que mantém como principais direcionadores a manutenção das boas práticas, o controle de despesas e gestão de custos buscando a equalização e controle efetivo dos gastos, trazem ao HMJ a expectativa de manutenção de superávit para o exercício de 2020 e reversão gradativa do patrimônio líquido negativo.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas****a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo orientações previstas na ITG 2002 (1) – Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi aprovada pelo conselho de administração do Instituto em 24 de março de 2020.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - valor residual do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 13** - provisão para demanda judicial.

**(ii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 23** - instrumentos financeiros.

**d. Base de preparação das demonstrações contábeis**

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

**3 Principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

**a. Recursos vinculados a projetos**

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

**Demonstrações de resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas operacionais</b>			
Recursos dos contratos de gestão - Municipal	17	52.700.606	48.897.742
Parceria com restrição - Federal	5	18.410.246	9.832.856
Parcerias com poder privado		200.000	226.414
Receitas com doações		<u>1.193.885</u>	<u>420.000</u>
		<u>72.504.737</u>	<u>59.377.012</u>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	18	(63.520.527)	(52.492.167)
Utilidade pública	19	(1.957.147)	(1.631.889)
Serviços profissionais	20	(4.283.024)	(3.344.909)
Contingências	13	(404.175)	(526.702)
Depreciações	8	(805.321)	(807.742)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	21	<u>(1.259.863)</u>	<u>(502.440)</u>
		<u>(72.230.057)</u>	<u>(59.305.849)</u>

**Déficit (superávit) operacional antes do resultado financeiro**

Despesas financeiras	22	(18.788)	(20.886)
Receitas financeiras	22	<u>224.885</u>	<u>185.754</u>
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>	22	<u>206.097</u>	<u>164.868</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u>480.777</u>	<u>236.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em Reais - R\$)

		31/12/2019	31/12/2018
<b>Superávit do exercício</b>		480.777	236.031
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<u>480.777</u>	<u>236.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em Reais - R\$)

		31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit do exercício</b>		480.777	236.031
<b>Ajustes por:</b>			
Provisão para contingências		404.175	526.702
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados		376.792	-
Depreciações		805.321	807.742
<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos</b>			
Recursos financeiros vinculados a projetos		(257.364)	(2.975.706)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios		(1.585.371)	755.080
Estoques		(209.362)	(16.219)
Créditos diversos		(91.545)	(49.017)
Depósitos judiciais		67.258	(7.332)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		551.465	61.902
Obrigações trabalhistas		1.261.801	1.358.258
Obrigações tributárias de terceiros		55.201	(6.782)
Outras contas a pagar		129	(1.283)
Contingências pagas		(138.863)	(43.875)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado		(800.854)	(807.742)
Subvenções de investimentos a realizar		<u>566.368</u>	<u>51.690</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado pelas) atividades operacionais		<u>1.485.928</u>	<u>(110.551)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado		1.621.991	148.310
Adições no imobilizado		<u>(2.354.335)</u>	<u>(148.310)</u>
<b>Caixa líquido (utilizado pelas) atividades de investimentos</b>		<u>(732.344)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de recursos com partes relacionadas		-	110.551
Pagamento de recursos com partes relacionadas		-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>		<u>-</u>	<u>110.551</u>
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		-	-
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>-</u>	<u>-</u>

**b. Estoques**

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

**c. Imobilizados****(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão

## Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus

CNPJ nº 09.538.688/0003-02

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

#### d. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### e. Obrigações trabalhistas

Contempla as províões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

#### f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

#### g. Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

#### i. Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde ("SMS"), registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma:

Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas.

Subvenção para investimentos - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

#### j. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês seguinte à competência.

#### k. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out".

#### l. Instrumentos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração inicial

Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### (i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
  - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

##### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e

#### ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### (ii) Desreconhecimento

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### 5 Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

Recursos a receber de projetos - Proadi SUS (b) 1.585.371

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018	
	31/12/2019	31/12/2018
Hosp. Municipal Infantil M. Jesus (a)	-	-
Hosp. Menino Jesus - Proadi - SUS (b)	-	-
	<u>70.330.246</u>	<u>1.197.391</u>

#### Recursos

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2017		Recursos a Receber 31/12/2018	
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	-	-	-	-
Hospital Menino Jesus - Proadi - SUS	755.080	9.832.856	-	-
	<u>755.080</u>	<u>9.832.856</u>	<u>200.000</u>	<u>(955.080)</u>

(a) Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio", composto dos seguintes termos aditivos nº 39/2019 de janeiro a março R\$ 12.480.000, nº 40/2019 de abril a maio R\$ 8.320.000, nº 41/2019 para junho R\$ 4.160.000, nº 42/2019 para julho R\$ 4.160.000,00, nº 43/2019 de agosto a setembro R\$ 8.320.000 para custeio e R\$ 400.000 para investimento, nº 44/2019 para outubro R\$ 4.160.000, nº 45/2019 para novembro R\$ 4.160.000 para custeio e R\$ 647.391,05 para investimento, nº 46/2019 para dezembro sendo R\$ 4.160.000, e R\$ 150.000 para investimento, e nº 47/2019 R\$ 2.000.000 para custeio, totalizando R\$ 51.920.000 referente custeio e R\$ 1.197.391, para investimentos.

(b) Refere-se ao reembolso de despesas para realização do Projeto "Escola de Transplante" PROADI Processo/NUP 25000.009754/2018-93, com a vigência para o triênio de 2018/2020

6 Estoques	31/12/2019		31/12/2018	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Medicamentos, materiais médico-cirúrgico e enfermagem	746.260	541.369	-	-
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	55.882	51.411	-	-
	<u>802.142</u>	<u>592.780</u>	-	-

#### 7 Créditos diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a funcionários	181.295	96.710
Despesas a apropriar	6.960	-
	<u>188.255</u>	<u>96.710</u>

#### 8 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação		Depreciação	
	Custos	Acumulada	2019	2018
Instalações	3.681.260	(2.234.929)	1.446.331	532.034
Móveis e utensílios	380.425	(96.250)	284.175	220.113
Máquinas e equipamentos médicos	4.501.268	(2.870.893)	1.630.375	1.727.676
Máquinas e equipamentos em geral	1.090.532	(123.657)	966.875	-
Software e hardware	337.429	(191.875)	145.554	67.681
<b>Total</b>	<b>9.990.914</b>	<b>(5.517.604)</b>	<b>4.473.310</b>	<b>2.547.504</b>

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2019	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Instalações	2.515.421	1.165.839	-	3.681.260
Móveis e utensílios	421.178	-	(40.753)	380.425
Máquinas e equipamentos médicos	4.836.594	29.415	(364.741)	4.501.268
Máquinas e equipamentos em geral	-	1.090.532	-	1.090.532
Software e hardware	271.794	68.549	(2.914)	337.429
<b>Total custo</b>	<b>8.044.987</b>	<b>2.354.335</b>	<b>(408.408)</b>	<b>9.990.914</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações	(1.983.387)	(251.542)	-	(2.234.929)
Móveis e utensílios	(201.065)	(42.038)	146.853	(96.250)
Máquinas e equipamentos médicos	(3.108.919)	(460.568)	698.594	(2.870.893)
Máquinas e equipamentos em geral	-	-	(123.657)	(123.657)
Software e hardware	(204.112)	(51.173)	63.410	(191.875)
<b>Total depreciação</b>	<b>(5.497.483)</b>	<b>(805.321)</b>	<b>785.200</b>	<b>(5.517.604)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>2.547.504</b>	<b>1.549.014</b>	<b>376.792</b>	<b>4.473.310</b>

	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2018	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Instalações	2.515.421	-	-	2.515.421
Móveis e utensílios	421.178	-	-	421.178
Máquinas e equipamentos médicos	4.691.594	145.000	-	4.836.594
Máquinas e equipamentos em geral	-	-	-	-
Software e hardware	268.484	3.310	-	271.794
<b>Total custo</b>	<b>7.896.677</b>	<b>148.310</b>	<b>-</b>	<b>8.044.987</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações	(1.731.845)	(251.542)	-	(1.983.387)
Móveis e utensílios	(159.027)	(42.038)	-	(201.065)
Máquinas e equipamentos médicos	(2.648.351)	(460.568)	-	(3.108.919)
Máquinas e equipamentos em geral	-	-	-	-
Software e hardware	(150.518)	(53.594)	-	(204.112)
<b>Total depreciação</b>	<b>(4.689.741)</b>	<b>(807.742)</b>	<b>-</b>	<b>(5.497.483)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>3.206.936</b>	<b>(659.432)</b>	<b>-</b>	<b>2.547.504</b>

#### (iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### m. Arrendamentos

O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2019, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2).

#### n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Instituto não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

#### 4 Recursos financeiros vinculados a projetos

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	1.056	1.634
Aplicações financeiras	3.967.167	3.709.225
	<u>3.968.223</u>	<u>3.710.859</u>

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2018 a remuneração foi de 81% a 84% do CDI).

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018		Recursos a Receber 31/12/2019	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Recursos de Custeio	51.920.000	1.197.391	(1.222.106)	(51.895.285)
Recursos de Investimentos	18.410.246	-	-	(16.824.875)
	<u>70.330.246</u>	<u>1.197.391</u>	<u>(1.197.391)</u>	<u>(68.744.875)</u>

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2017		Recursos a Receber 31/12/2018	
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	-	-	-	-
Hospital Menino Jesus - Proadi - SUS	755.080	9.832.856	-	-
	<u>755.080</u>	<u>9.832.856</u>	<u>200.000</u>	<u>(955.080)</u>

(a) Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio", composto dos seguintes termos aditivos nº 39/2019 de janeiro a março R\$ 12.480.000, nº 40/2019 de abril a maio R\$ 8.320.000, nº 41/2019 para junho R\$ 4.160.000, nº 42/2019 para julho R\$ 4.160.000,00, nº 43/2019 de agosto a setembro R\$ 8.320.000 para custeio e R\$ 400.000 para investimento, nº 44/2019 para outubro R\$ 4.160.000, nº 45/2019 para novembro R\$ 4.160.000 para custeio e R\$ 647.391,05 para investimento, nº 46/2019 para dezembro sendo R\$ 4.160.000, e R\$ 150.000 para investimento, e nº 47/2019 R\$ 2.000.000 para custeio, totalizando R\$ 51.920.000 referente custeio e R\$ 1.197.391, para investimentos.

(b) Refere-se ao reembolso de despesas para realização do Projeto "Escola de Transplante" PROADI Processo/NUP 25000.009754/2018-93, com a vigência para o triênio de 2018/2020

9 Fornecedores	31/12/2019		31/12/2018	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	2.990.599	2.439.134	-	-

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos (a)	578.052	115.146
A vencer até 30 dias	2.331.287	1.652.232
A vencer de 31 a 180 dias	81.260	671.756
	<u>2.990.599</u>	<u>2.439.134</u>

(a) A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

#### 10 Obrigações trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para férias e encargos sobre férias	3.532.802	2.819.539
Salários e ordenados a pagar	2.399.533	2.112.871
Contribuições e encargos sociais	1.431.324	1.169.448
	<u>7.363.659</u>	<u>6.101.858</u>

#### 11 Obrigações tributárias de terceiros

	31/12/2019	31/12/2018
INSS pessoa jurídica	56.155	24.115
ISS	9.592	652
PIS / COFINS / CSLL	67.199	56.150
IRRF	11.155	7.983
	<u>144.101</u>	<u>88.900</u>

#### 12 Outras contas a pagar - partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Unidade Estratégia Saúde da Família		

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**  
**Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus**

CNPJ nº 09.538.688/0003-02

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT**

Os processos relacionados a natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

**14 Subvenções de investimentos a realizar**

	31/12/2019	31/12/2018
Subvenções de investimentos a realizar	<u>630.393</u>	<u>64.025</u>

**Movimento de 2019**

Saldo em 31/12/2018	Recebi-Recursos	Receitas Financeiras líquidas	Consumo	Saldo em 31/12/2019
	1.222.106	(655.738)		<u>630.393</u>

Subvenções de investimentos a realizar 64.025 1.222.106 (655.738)  630.393

**Movimento de 2018**

Saldo em 31/12/2017	Recebi-Recursos	Receitas Financeiras líquidas	Consumo	Saldo em 31/12/2018
	200.000	(148.310)		<u>64.025</u>

Subvenções de investimentos a realizar 12.335 200.000 (148.310)  64.025

Referem-se aos recebimentos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para a unidade, vide nota explicativa nº 5.

**15 Subvenção de bens a apropriar – imobilizado**

	31/12/2019	31/12/2018
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	<u>3.307.471</u>	<u>2.486.334</u>

**Movimento de 2019**

Saldo em 31/12/2018	Total de Aquisições	Total de Depreciação Baixas	Total de Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2019
	1.621.991	-	(800.854)	<u>3.307.471</u>

Subvenções de Bens a apropriar - Imobilizado 2.486.334 1.621.991 - (800.854) 3.307.471

**Movimento de 2018**

Saldo em 31/12/2017	Total de Aquisições	Total de Depreciação Baixas	Total de Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2018
	148.310	-	(807.742)	<u>2.486.334</u>

Subvenções de Bens a apropriar - Imobilizado 3.145.766 148.310 - (807.742) 2.486.334

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas 8 e 14.

**16 Patrimônio líquido**

Conforme Estatuto Social do Instituto, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

**Remuneração da administração**

O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal.

**17 Receitas dos contratos de gestão - Municipal**

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com contrato de gestão Municipal - Hospital Menino Jesus (a)	51.895.285	48.090.000
Receita com Subvenção de Imobilizado	<u>805.321</u>	<u>807.742</u>
	<u>52.700.606</u>	<u>48.897.742</u>

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

**18 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos**

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e encargos	(42.833.244)	(33.148.127)
Serviços médicos	(6.890.794)	(6.884.364)
Medicamentos e materiais	(5.637.453)	(4.907.112)
Nutrição	(3.859.965)	(2.922.725)
Higiene e limpeza	(2.114.520)	(2.174.964)
Segurança e vigilância	(1.151.602)	(1.537.201)
Materiais de consumo	(703.307)	(605.419)
Lavadeira e rouparia	<u>(329.642)</u>	<u>(312.255)</u>
	<u>(63.520.527)</u>	<u>(52.492.167)</u>

**19 Utilidade pública**

	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica	(961.113)	(842.424)
Água	(663.008)	(554.878)
Telecomunicações	(279.230)	(185.983)
Gás natural	(50.926)	(47.468)
Combustíveis e lubrificantes	<u>(2.870)</u>	<u>(1.136)</u>
	<u>(1.957.147)</u>	<u>(1.631.889)</u>

**20 Serviços profissionais**

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(2.419.569)	(1.737.308)
Suporte em infraestrutura de TI	(952.350)	(648.140)
Manutenção e conservação	(838.714)	(781.992)
Consultoria e assessoria	(36.828)	(125.930)
Auditoria	<u>(35.563)</u>	<u>(51.539)</u>
	<u>(4.283.024)</u>	<u>(3.344.909)</u>

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

**21 Outras (despesas) operacionais, líquidas**

	31/12/2019	31/12/2018
Locação de equipamentos	(627.582)	(326.079)
Inventários nos estoques	(349.014)	-
Arquivo e guarda de documentos	(101.776)	(74.523)
Uniformes / E.P.I.	(43.894)	(51.137)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(22.585)	(33.483)
Ornamentação e paisagismo	(1.674)	-
Outras receitas (despesas)	<u>(113.338)</u>	<u>(17.218)</u>
	<u>(1.259.863)</u>	<u>(502.440)</u>

**22 Receitas financeiras, líquidas**

	31/12/2019	31/12/2018
Outras despesas financeiras	(12.742)	(15.928)
Multas	(4.962)	(202)
Juros incorridos	(1.084)	(1.291)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	(136)
Imposto sobre operações financeiras	-	(3.329)
	<u>(18.788)</u>	<u>(20.886)</u>
Receita de aplicações financeiras	210.768	185.648
Descontos obtidos	14.117	106
	<u>224.885</u>	<u>185.754</u>
	<u>206.097</u>	<u>164.868</u>

**Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

**31/12/2019 Passivos Financeiros Não Derivativos**

	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.990.599	2.990.599	-	-	-
Outras Contas a Pagar	4.858	4.858	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.993.019</b>	<b>2.993.019</b>	<b>2.993.019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**31/12/2018 Passivos Financeiros Não Derivativos**

	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.439.134	2.439.134	-	-	-
Outras Contas a Pagar	2.291	2.291	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.441.425</b>	<b>2.441.425</b>	<b>2.441.425</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

**Exposição a riscos de crédito**

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos financeiros vinculados a projetos	3.968.223	3.710.859
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	1.160.816	-
Outros ativos	<u>188.255</u>	<u>96.710</u>
	<u>5.317.294</u>	<u>3.807.569</u>

**24 Impostos e contribuições**

**Imposto de renda e contribuição social**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal.

**PIS e COFINS**

Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP.

**ISS sobre a receita (ISSQN)**

O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços.

Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços.

Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público.

A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal

**23 Instrumentos financeiros**

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018), o Instituto está sujeito aos fatores de:

**(i) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto.

O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto.

**Fluxo de Caixa Contratuais**

	Total	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
	2.990.599	2.990.599	-	-	-
	4.858	4.858	-	-	-
	<u>2.993.019</u>	<u>2.993.019</u>	<u>2.993.019</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Fluxo de Caixa Contratuais**

	Total	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
	2.439.134	2.439.134	-	-	-
	2.291	2.291	-	-	-
	<u>2.441.425</u>	<u>2.441.425</u>	<u>2.441.425</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

de São Paulo, sob nº 2019-001727/CP01, para o exercício de 2019.

**Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2019 e de 2018.

O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos);

O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Municipal.

Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/ CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	31/12/2019	31/12/2018
Receita dos contratos de gestão - Municipal	52.700.606	48.897.742
ISS 5%	2.635.030	2.444.887
PIS 0,65%	342.554	317.835
COFINS 3%	<u>1.581.018</u>	<u>1.466.932</u>
	<b>4.558.602</b>	<b>4.229.654</b>

## Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus

CNPJ nº 09.538.688/0003-02

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - CARVE-OUT

Superávit do exercício	<u>480.777</u>	<u>236.031</u>
IRPJ e CSLL 34%	<u>163.464</u>	<u>80.251</u>
Receita com doações	<u>1.193.885</u>	<u>420.000</u>
<b>Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)</b>	<b><u>47.755</u></b>	<b><u>16.800</u></b>
<b>Total das estimativas e principais renúncias</b>	<b><u>4.769.821</u></b>	<b><u>4.326.705</u></b>

#### 25 Isenção de INSS cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando

<b>Maria Angela Atallah</b> Presidente do Conselho Administrativo do Instituto	<b>Mario Sergio Cutait</b> Membro do Conselho Administrativo do Instituto	<b>Géferson Alcantara Antunes</b> Diretor Executivo	<b>Cláudio Augusto Generoso</b> Gerente Financeiro e Contábil	<b>Ricardo Briquenzi Bezerra</b> Contador CRC 1SP25010/O-3
--	---	--	---	--

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor da Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out". Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo de performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde:** Chamamos a atenção para a nota

27,16%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

Em 07/08/2018 foi apresentado requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.136428/2018-58.

Em 29 de julho de 2019 foi publicada a Portaria nº 900 que tornou público o indeferimento do pedido de renovação do CEBAS.

Em 12 de setembro de 2019 foi apresentado o recurso administrativo, nos termos do art. 26 da lei nº 12.101/2009, sendo indevido o provisionamento enquanto não encerre a fase recursal na esfera administrativa. Até a data desta publicação não houve retorno quanto a apresentação do recurso.

explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2019 o contrato de gestão junto à Secretaria Municipal da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 6.139.788 e patrimônio líquido negativo em R\$ 6.690.108. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição:** As demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal da Saúde. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal da Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Municipal Infantil Menino Jesus e Secretaria Municipal da Saúde.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out":** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2019 e 2018 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Pessoal e encargos	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
	<b>42.833.244</b>	<b>33.148.127</b>
<b>Total da estimativa de isenção (Consolidado)</b>		
<b>INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>11.633.509</b>	<b>9.003.031</b>

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Marcos A Boscolo**  
Contador CRC 1SP198789/O-0

## Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus

CNPJ nº 09.538.688/0003-02

### Relatórios de Atividades Assistenciais

**Demonstrativo de Produção Assistencial:** Demostramos abaixo o relatório de execução técnica, referente a produção assistencial do exercício de 2019.

277 - Atividade Ambulatorial	1º Semestre		2º Semestre		183 - internações (Saídas)	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consultas - Médicas	-	31.207	-	31.382	Clinica médica	660	1.063	660	1.193
Consultas não médicas	-	13.421	-	7.726	<b>Total</b>	<b>660</b>	<b>1.063</b>	<b>660</b>	<b>1.193</b>
<b>Total</b>	<b>39.000</b>	<b>44.628</b>	<b>39.000</b>	<b>39.108</b>					
275 - SADT externo	1º Semestre		2º Semestre		470 - Saídas hospitalares em Clínica Cirúrgica	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Raio-x	-	123	-	49	Eletivas	780	550	780	509
Tomografia	-	805	-	901	<b>Total</b>	<b>780</b>	<b>550</b>	<b>780</b>	<b>509</b>
Ultrassom	-	1.745	-	1.693					
Patologia Clínica	-	275	-	220	322 - Hospital - Dia Cirúrgicos	1º Semestre		2º Semestre	
Anatomia Patológica	-	52	-	36		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Métodos Gráficos (audiometria EEG)	-	516	-	557	Cirurgia Hospital-Dia	1.800	1.575	1.800	1.502
Endoscopia Digestiva	-	90	-	94	<b>Total</b>	<b>1.800</b>	<b>1.575</b>	<b>1.800</b>	<b>1.502</b>
Broncoscopia	-	21	-	20	185 - Urgência/Emergência	1º Semestre		2º Semestre	
Colonoscopia	-	6	-	7		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Nasofibrosocopia	-	661	-	757	Consultas de urgência	27.000	28.814	27.000	24.905
<b>Total</b>	<b>4.500</b>	<b>4.019</b>	<b>4.500</b>	<b>4.114</b>	<b>Total</b>	<b>27.000</b>	<b>28.814</b>	<b>27.000</b>	<b>24.905</b>